

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.626.559 - PE (2019/0352243-6)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE : MARCONDE CABRAL DA SILVA**  
**ADVOGADO : LUCIA MARIA DE FIGUEIREDO - PE008398**  
**AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto por Marconde Cabral da Silva, com amparo no art. 105, III, "a", da CF/1988, em oposição a acórdão do TRF da 5ª Região ementado nos seguintes termos (e-STJ, fls. 84-85):

EMBARGOS A EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO. DISSOLUÇÃO IRREGULAR. ALEGAÇÃO DE MUDANÇA DE ENDEREÇO. ATIVIDADE EMPRESARIAL. FALTA DE COMPROVAÇÃO. ÔNUS DO EMBARGANTE. APELAÇÃO IMPROVIDA.

1. Apelação interposta por MARCONDE CABRAL DA SILVA em face de sentença que julgou improcedente o pedido formulado nos embargos à execução, sob o fundamento de que a mera alegação de alteração de endereço não comprova a manutenção operacional da empresa, entendendo legítimo o redirecionamento da execução fiscal, uma vez que a empresa não foi localizada no endereço habitual.

2. Conforme disposto no art.135, III, do CTN, são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos: os diretores, gerentes ou representantes de pessoa jurídica de direito privado.

3. A dissolução irregular da empresa executada constitui infração à lei (art. 135, III, do CTN) que possibilita o redirecionamento da execução fiscal aos sócios-gerentes/administradores à época do encerramento irregular das atividades daquela.

4. No caso dos autos, a empresa executada não foi localizada no endereço informado, de modo que incidiu o disposto na súmula nº 435 do STJ, segundo a qual "Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente". Comprovada a dissolução irregular da empresa executada, admite-se o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

5. A parte embargante, ora apelante, limita-se a afirmar que a empresa não se dissolveu irregularmente, apenas mudou de endereço, permanecendo ativa, sem, no entanto, comunicar aos órgãos oficiais.

6. Tal alegação, entretanto, é desprovida de elementos comprobatórios, e em se tratando de ação.

7. Assim, sendo ônus do embargante provar fatos constitutivos de seu direito, nos termos do art.373, I, do CPC/2015 c/c art.204, parágrafo único, do CTN, fazer remissão a elementos contidos em processo diverso, ainda que na execução fiscal que tramita em autos físicos, não satisfaz o ônus probatório que lhe recai.

8. Apelação improvida.

Os embargos de declaração opostos contra a aludida decisão não foram providos.

Alega o insurgente, nas razões do especial, violação dos arts. 135, III, do CTN e 9º da Lei Complementar n. 126/2006, ao argumento de que a modificação no endereço, sem a comunicação, não configura dissolução irregular, mas apenas irregularidade.

A negativa de admissibilidade teve por fundamento a Súmula 7/STJ.

Impugnados os pressupostos da decisão agravada, passo à análise do recurso especial.

É o relatório.

O Tribunal de origem afirmou que houve dissolução irregular, incidindo, pois, o enunciado da Súmula 435/STJ. Verifica-se:

No caso dos autos, a empresa executada não foi localizada no endereço informado, de modo que incidiu o disposto na súmula nº 435 do STJ, segundo a qual "Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente". Comprovada a dissolução irregular da empresa executada, admite-se o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

A parte embargante, ora apelante, limita-se a afirmar que a empresa não se dissolveu irregularmente, apenas mudou de endereço, permanecendo ativa, sem, no entanto, comunicar aos órgãos oficiais.

Tal alegação, entretanto, é desprovida de elementos comprobatórios, e em se tratando de ação autônoma, cabe ao embargante carrear aos autos todas as provas que julgue necessárias à comprovação de seus argumentos.

Para afastar o entendimento a que chegou a Corte *a quo*, de modo a albergar as peculiaridades do caso e verificar se não houve dissolução irregular, como sustentado neste recurso, é necessário o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável na via especial, por óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

A propósito:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO. DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA. POSSIBILIDADE. DISSOLUÇÃO IRREGULAR. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ.

1. Esta Corte de Justiça, por ocasião da apreciação do REsp 1.371.128/RS,

processado e julgado sob o rito do art. 543-C do CPC/1973, firmou o entendimento de que é possível o redirecionamento da execução fiscal contra o diretor da empresa executada, por dívida de natureza não tributária, em virtude de indícios de dissolução irregular, de acordo com a legislação civil.

2. Nesse passo, a instância ordinária deferiu o redirecionamento da execução à pessoa dos sócios por dívida não tributária pela ocorrência da dissolução irregular da empresa.

3. Para afastar o entendimento a que chegou a Corte a quo, de modo a albergar as peculiaridades do caso, é necessário o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável em recurso especial, por óbice da Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.808.288/PE, de minha relatoria, SEGUNDA TURMA, julgado em 1º/10/2019, DJe 9/10/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Og Fernandes  
Relator